

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Fevereiro/2020



Assembleia Legislativa do Estado do Amapá
I I Concurso Público para provimento de cargos vagos
Analista Legislativo – Atividade Orçamentária e
Financeira e de Controle Interno
Especialidade: Economista

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'B11', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

TIPO-001

Nº do Documento _____
000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Realizar projetos difíceis exige conhecimento e perseverança.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de especialidade.
 - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
- Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo:

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 3 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a Folha de Respostas.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Português**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 5, baseie-se no texto abaixo.

Distribuição justa

A justiça de um resultado distributivo das riquezas depende das dotações iniciais dos participantes e da lisura do processo do qual ele decorre. Do ponto de vista coletivo, a questão crucial é: a desigualdade observada reflete essencialmente os talentos, esforços e valores diferenciados dos indivíduos, ou, ao contrário, ela resulta de um jogo viciado na origem e no processo, de uma profunda falta de equidade nas condições iniciais de vida, da privação de direitos elementares ou da discriminação racial, sexual, de gênero ou religiosa?

A condição da família em que uma criança tiver a sorte ou o infortúnio de nascer, um risco comum, a todos, passa a exercer um papel mais decisivo na definição de seu futuro do que qualquer outra coisa ou escolha que possa fazer no ciclo da vida. A falta de um mínimo de equidade nas condições iniciais e na capacitação para a vida tolhe a margem de escolha, vicia o jogo distributivo e envenena os valores da convivência. A igualdade de oportunidades está na origem da emancipação das pessoas. Crianças e jovens precisam ter a oportunidade de desenvolver seus talentos de modo a ampliar seu leque de escolhas possíveis na vida prática e eleger seus projetos, apostas e sonhos de realização.

(Adaptado de: GIANETTI, Eduardo. **Trópicos utópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 106)

1. No contexto do primeiro parágrafo, as expressões *dotações iniciais dos participantes* e *lisura do processo* constituem:
 - (A) as metas mais justas a serem alcançadas por um conveniente processo distributivo das limitadas riquezas disponíveis.
 - (B) os fatores diretamente condicionantes da possibilidade de haver justiça no processo distributivo das riquezas.
 - (C) as razões de ser de todo processo de distribuição de riquezas que premie o talento inato dos mais competentes.
 - (D) um objetivo idealista cuja aparência de justiça se apaga quando competidores aproveitam mal oportunidades iguais.
 - (E) as causas ocultas da distribuição de riquezas que acaba por não fazer justiça às habilidades próprias dos indivíduos.
2. Em síntese, depreende-se da leitura do segundo parágrafo que
 - (A) a condição familiar de origem não tem peso determinante no desenvolvimento das qualidades pessoais de uma criança.
 - (B) as aspirações e os sonhos das crianças e dos jovens só se formularão quando tiverem alcançado alguma possibilidade de realização.
 - (C) a dotação injusta de talentos individuais faz com que não haja equidade ao final do processo de distribuição das riquezas.
 - (D) a capacitação natural para a vida leva a tornar vicioso o jogo distributivo das riquezas disponíveis em cada ocasião.
 - (E) as escolhas nas quais se faz justiça aos talentos das crianças e dos jovens tornam-se possíveis com a equidade das condições iniciais.
3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *dotações iniciais dos participantes* (1º parágrafo) = licitações originais dos concorrentes.
 - (B) *jogo viciado na origem e no processo* (1º parágrafo) = processo fraudulento do acaso.
 - (C) *falta de um mínimo de equidade* (2º parágrafo) = carência de discriminação equivalente.
 - (D) *envenena os valores da convivência* (2º parágrafo) = corrompe a qualidade do convívio.
 - (E) *de modo a ampliar seu leque* (2º parágrafo) = por conta da aberta indisponibilidade.
4. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
 - (A) Por mais que se esforcem, tem gente que não consegue obter sucesso em face dos vícios e da falta de oportunidade que o determinam.
 - (B) O autor do texto está convicto sobre o papel que desempenha no futuro de cada indivíduo as condições de seu nascimento.
 - (C) Argumenta-se no texto que a equidade de oportunidades é um fator determinante para uma justa distribuição das riquezas.
 - (D) A menos que houvessem mais oportunidades para que cada indivíduo desenvolva seu talento, não ocorrerá justiça no processo.
 - (E) Aos sonhos e aspirações das crianças e dos jovens devem corresponder sua realização, para que não se frustrem seu desenvolvimento.
5. No emprego das formas verbais, são regulares a flexão e a concordância na frase:
 - (A) Se não se contiverem os vícios do processo de distribuição das riquezas, ele seguirá sendo envenenado pelas mesmas injustiças.
 - (B) Caso não se retenhem seus pecados de origem, a distribuição de riquezas não alcançará os objetivos da justiça que se desejam fazer.
 - (C) Como eles não requiseram maior igualdade de oportunidades, viram-se prejudicados pelo processo a que se deram um referendo.
 - (D) Se ninguém se dispuser a mudar esse processo, ou vir pelo menos a reavaliá-lo, não se fará justiça quanto às riquezas a se distribuir.
 - (E) À medida que se recomparam as condições iniciais do processo, será maior a possibilidade de se atenderem a cada um de seus ideais.



Atenção: Para responder às questões de números 6 a 10, baseie-se no texto abaixo.

O século XX, Era dos Extremos

O século XX deixou um legado inegável de questões e impasses. Para o grande historiador Eric Hobsbawm, neste livro **Era dos Extremos – o breve século XX – 1914-1991**, esse século foi breve e extremado: sua história e suas possibilidades edificaram-se sobre catástrofes, incertezas e crises, decompondo o que fora construído no longo século XIX.

Hobsbawm divide a história do século XX em três “eras”. A primeira, “da catástrofe”, é marcada pelas duas grandes guerras, pelas ondas de revolução global em que o sistema político e econômico da URSS surgia como alternativa histórica para o capitalismo e pela virulência da crise econômica de 1929. Também nesse período os fascismos e o descrédito das democracias liberais surgem como proposta mundial.

A segunda “era” são os anos dourados das décadas de 1950 e 1960 que, em sua paz congelada, viram a viabilização e a estabilização do capitalismo, responsável pela promoção de uma extraordinária expansão econômica e profundas transformações sociais.

Por fim, entre 1970 e 1991, dá-se o “desmoronamento” final, em que caem por terra os sistemas institucionais que previnem e limitam o barbarismo contemporâneo, dando lugar à brutalização da política e à irresponsabilidade teórica da ortodoxia econômica, abrindo as portas para um futuro incerto.

(Adaptado da “orelha”, sem indicação autoral, do livro de Eric Hobsbawm acima referido, editado em São Paulo pela Companhia das Letras, em 1995)

6. Ao constituir uma visão geral do século XX, que considera breve e extremado, o historiador Eric Hobsbawm
 - (A) salienta a importância que tiveram as metas do século XIX para a consecução dos objetivos alcançados no século seguinte.
 - (B) leva em conta, como critério fundamental para essa divisão a emancipação política desfrutada pelas classes trabalhadoras de diferentes países.
 - (C) faz reconhecer uma desconstrução geral e radical das expectativas e dos ideais gerados no decorrer do longo século XIX.
 - (D) aponta como único saldo positivo a oportuna emergência do moderno liberalismo econômico, já ao final da década de 1920.
 - (E) salienta a importância que alcançaram as décadas de 1950 e 1960, nas quais se efetivou o descrédito das democracias liberais.

7. Estabelecem entre si uma relação de causa e efeito, nessa ordem, os seguintes segmentos:
 - (A) deixou um legado inegável / decompondo o que fora construído (1º parágrafo).
 - (B) alternativa histórica para o capitalismo / virulência da crise econômica (2º parágrafo).
 - (C) ondas de revolução global / a história do século XX em três “eras” (2º parágrafo).
 - (D) a segunda era são os anos dourados / paz congelada (3º parágrafo).
 - (E) caem por terra os sistemas institucionais / barbárie da política (4º parágrafo).

8. Entre 1970 e 1991 dá-se o desmoronamento final em que caem por terra os sistemas institucionais que previnem e limitam o barbarismo contemporâneo.
A frase acima permanecerá coerente, coesa e correta caso se substitua o segmento
 - (A) dá-se o desmoronamento por propicia-se a ruína.
 - (B) em que caem por terra por em cujo se solapam.
 - (C) desmoronamento final em que caem por desvirtuamento fatal aonde submergem.
 - (D) sistemas institucionais que previnem por instituições estruturadas que premunem.
 - (E) limitam o barbarismo contemporâneo por fazem fronteira com a atual barbárie.

9. Há forma verbal na voz passiva e adequada articulação entre os tempos e os modos verbais na frase:
 - (A) Foi-nos legado do século XX um conjunto de desmoronamentos sociais que não fizeram jus às expectativas que criara o século XIX.
 - (B) Ficamos desconcertados quando nos deparássemos com as promessas que o longo século XIX deixava abertas para o século seguinte.
 - (C) Era de se esperar que ao menos algumas das expectativas criadas pelo século XIX venham a concretizar-se no século passado.
 - (D) Fossem menos otimistas as expectativas criadas pelo século XIX, possivelmente hoje não estejamos a lamentar todo o seu desmoronamento.
 - (E) Ainda que os homens do século XX viessem a cumprir algumas das metas projetadas no século XIX, não impedirão o advento da barbárie.



10. É inegável que o século XX deixou-nos um legado de impasses, a gravidade desses impasses se faz sentir até hoje, uma vez que não solucionamos esses impasses nem mesmo amenizamos as consequências desses impasses.

Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- | | | |
|--------------------------|---------------------|---------------------------------|
| (A) em cuja gravidade | - Ihes solucionamos | - suas consequências |
| (B) cuja gravidade | - os solucionamos | - suas consequências |
| (C) da qual gravidade | - solucionamo-los | - as consequências dos mesmos |
| (D) onde a gravidade | - Ihes solucionamos | - as próprias consequências |
| (E) a gravidade de cujos | - os solucionamos | - as consequências em si mesmas |

Raciocínio Lógico-Matemático

11. Um reservatório de água estava completamente cheio quando passou a perder água a um ritmo constante. Após 30 dias, o volume de água no reservatório correspondia a 2/3 da capacidade máxima. Contando a partir do momento em que o reservatório estava cheio, o tempo necessário para que o volume de água atinja a marca de 10% da capacidade máxima do reservatório é

- (A) 81 dias.
- (B) 60 dias.
- (C) 270 dias.
- (D) 45 dias.
- (E) 171 dias.

12. Em um circo, todo trapezista é também malabarista. Sabendo que, nesse circo, se um artista é contorcionista e não é equilibrista, então ele não é malabarista, é correto concluir que se um artista é trapezista, então ele

- (A) não é contorcionista nem equilibrista.
- (B) não é malabarista.
- (C) é equilibrista ou não é contorcionista.
- (D) é equilibrista ou contorcionista.
- (E) é malabarista e não é equilibrista.

13. Em um determinado estado, 30% dos domicílios estão na zona rural e os demais, em zonas urbanas. Sabe-se que apenas 80% dos municípios nesse estado têm agências bancárias. Sabendo que exatamente metade dos municípios na zona rural têm agências bancárias, a porcentagem de municípios nas zonas urbanas sem agências bancárias em relação ao total de municípios nesse estado é

- (A) 2,5%
- (B) 0,5%
- (C) 1%
- (D) 0,1%
- (E) 5%

14. Há 51 pessoas em uma fila. Algumas pessoas dessa fila serão sorteadas. O menor número de pessoas que devem ser sorteadas para garantir que dentre elas haja pelo menos duas que são vizinhas na fila é

- (A) 25
- (B) 27
- (C) 24
- (D) 26
- (E) 28

Geografia e História do Amapá

Atenção: As questões de números 15 a 17 referem-se à Geografia do Amapá.

15. Município mais extenso do estado também se destaca como o terceiro mais populoso e o terceiro maior Produto Interno Bruto (PIB) do Amapá. Trata-se de

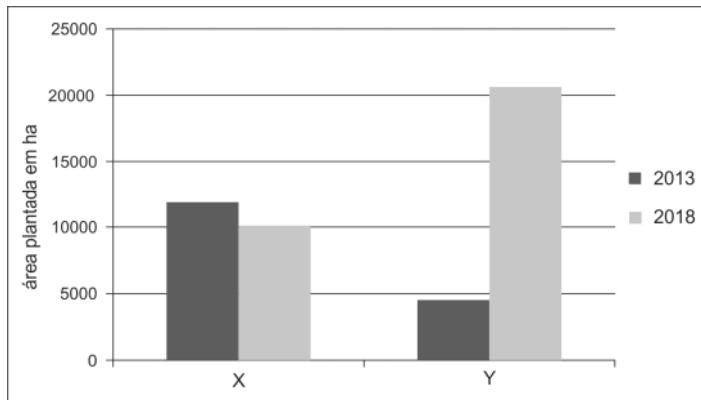
- (A) Calçoene.
- (B) Mazagão.
- (C) Santana.
- (D) Laranjal do Jari.
- (E) Vitória do Jari.



16. O conjunto de características físicas da porção oeste do Amapá é:
- predomínio de terrenos recentes que dão origem a tabuleiros de baixas altitudes cortados por rios com meandros e grande volume de água.
 - formação geológica antiga de escudos cristalinos em planaltos erodidos que abrigam inúmeras nascentes de rios; é área menos chuvosa do estado.
 - existência de importantes jazidas minerais em terrenos recentes, com baixa altitude; área florestal que se beneficia de precipitações anuais acima de 2.800 mm.
 - predomínio de terras baixas inundáveis nas cheias periódicas; floresta ombrófila com grande biodiversidade que garante clima super úmido.
 - superfície ondulada cortada por rios com forte ação erosiva; a presença de terrenos antigos torna os solos pobres com fraca aptidão para a agricultura.

17. Considere o gráfico abaixo.

Amapá: Evolução da área plantada de X e Y (2013-2018)



(Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/pesquisa/14/10193>)

Os produtos agrícolas X e Y são, respectivamente,

- arroz e mandioca.
- milho e arroz.
- soja e arroz.
- cana-de-açúcar e milho.
- mandioca e soja.

Atenção: As questões de números 18 a 20 referem-se à História do Amapá.

18. As relações entre Amapá e Guiana Francesa foram permeadas por tensões que, no século XX, ocorreram quando
- a França foi ocupada pelos nazistas e os Estados Unidos construíram uma Base aérea no Amapá, durante a II Guerra Mundial.
 - o Brasil ocupou a Guiana Francesa, sob as ordens do Barão do Rio Branco, no contexto da anexação do Acre.
 - a ponte sobre o rio Oiapoque foi construída pelo governo brasileiro, sem o consentimento da Guiana Francesa.
 - a Guiana Francesa foi proibida pelo governo brasileiro de praticar a pesca e a navegação no rio Oiapoque.
 - o Amapá tornou-se um estado brasileiro, justamente em um momento em que a França negociava a sua anexação à Guiana.
19. Conforme a Constituição Federal de 1967, durante o período do regime militar, o governo do território do Amapá deveria ser constituído por
- uma junta militar nomeada pela alta cúpula das Forças Armadas.
 - um representante eleito, no Pará, por meio de eleições indiretas.
 - um governador nomeado pelo Presidente da República, depois de aprovado pelo Senado.
 - um interventor federal indicado pelo Ministério do Interior.
 - um general escolhido pela Assembleia estadual e referendado pelo Congresso nacional.
20. Antes da criação do Território Federal do Amapá, houve tentativas de criação de uma província separada do Grão Pará, com sede administrativa em Macapá, tal como a proposta de
- associação do Amapá à Guiana Francesa e ao Suriname, numa confederação governada pelos brasileiros a partir da capital amapaense e em regime republicano.
 - fusão do Amapá com Roraima e o norte do Pará, de modo a criar um estado compatível, em área, aos tamanhos com que ficariam o Pará e o Amazonas.
 - fundação de uma província desvinculada da Região Norte, idealizada pelo Barão do Rio Branco, cuja administração se daria tal como a estabelecida no Acre.
 - criação da Província de Oiapókya, pelo deputado Cândido Mendes, porém rejeitada pela Assembleia Geral do Império do Brasil.
 - vinculação do Amapá ao Maranhão, considerando as rotas comerciais marítimas existentes e as afinidades políticas entre as elites das duas localidades, na época do Império.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Conceitos Fundamentais de Economia/Microeconomia/Macroeconomia/Finanças Públicas
Economia Brasileira Contemporânea**

21. No que se refere aos conceitos fundamentais da economia, é INCORRETO afirmar:
- (A) A distribuição do produto nacional é parte central do problema econômico.
 - (B) A economia estuda a forma pela qual uma sociedade organiza a sua produção.
 - (C) Os governos são dispensáveis como mecanismo de maximização do bem-estar social.
 - (D) Todas as decisões individuais, em geral, enfrentam custos de oportunidade.
 - (E) A fronteira de possibilidades de produção ilustra as restrições econômicas de uma sociedade.
-
22. No que se refere ao fluxo circular da renda em sua versão ampliada, considerando governo, mercado financeiro e resto do mundo,
- (A) as famílias desempenham apenas o papel de consumidoras da sua renda no mercado de bens e serviços.
 - (B) o mercado financeiro aumenta o fluxo da renda doméstica ao criar moeda.
 - (C) a tributação não afeta a economia, pois equivale apenas a parte da renda das famílias.
 - (D) exportações são negativas à economia doméstica, por tornarem escassos bens e serviços disponíveis à população do país em questão.
 - (E) as importações têm efeito atenuador do fluxo doméstico da renda.
-
23. Em relação à teoria dos mercados perfeitamente competitivos,
- (A) a elasticidade-preço da oferta é determinada pela inclinação das curvas de custo marginal das firmas individuais.
 - (B) o preço de equilíbrio equivale à satisfação de todos os desejos dos agentes econômicos.
 - (C) a curva de demanda de uma firma individual é negativamente inclinada.
 - (D) a maximização do lucro da firma em concorrência perfeita ocorre no ponto em que o custo fixo médio da firma é mínimo.
 - (E) no ponto de equilíbrio, o excedente do consumidor equivale ao excedente do produtor.
-
24. Sobre as estruturas de mercado, é correto afirmar:
- (A) Em concorrência monopolística, as firmas podem aplicar discriminação de preços de acordo com as características do consumidor, discriminação essa que ocorre da mesma forma que no caso do monopólio.
 - (B) A presença de economias de escala em uma firma monopolista constitui a principal barreira à entrada de concorrentes.
 - (C) Um oligopólio é um tipo de concorrência estável, em que os concorrentes cooperam para manter os preços elevados por meio de restrições à quantidade produzida para o mercado.
 - (D) Em todos os casos, a maximização do lucro das firmas se dá no nível de produção em que a receita marginal equivale ao custo marginal.
 - (E) A regulação governamental dos preços praticados por uma firma monopolista reduz o excedente do consumidor ao inserir ineficiência econômica naquele mercado.
-
25. As falhas de mercado impedem que se obtenha a máxima eficiência na alocação dos recursos da economia. Nesse sentido,
- (A) mercados incompletos são caracterizados pela inexistência de demanda pelo bem, impedindo a sua viabilização.
 - (B) a presença de informação assimétrica pode ocasionar o problema do risco moral nos mercados de seguros de automóveis.
 - (C) um bem não rival pode ser subofertado em virtude de o custo marginal de produção do bem exceder o seu benefício marginal social.
 - (D) a poluição do meio ambiente não pode ser considerada uma falha de mercado, na medida em que ela não afeta as decisões das firmas e dos consumidores.
 - (E) externalidades positivas, como a arborização de ruas ou a vacinação da população contra doenças transmissíveis, são eficientemente ofertadas pelos mercados, dados os claros benefícios sociais que elas geram.



26. Considere os seguintes dados da composição do produto e da renda agregada em uma economia aberta:

Consumo agregado =	\$ 1.500
Gastos do Governo =	\$ 500
Formação Líquida de Capital Fixo =	\$ 300
Exportações Líquidas =	-\$ 400
Produto Interno Bruto =	\$ 2.000

Carga Tributária = 25% do PIB

Nesse cenário,

- (A) a depreciação do estoque de capital equivale a 5% do Produto Interno Bruto.
- (B) a poupança agregada total da economia será \$ 200.
- (C) a ocorrência de um superávit comercial resulta numa demanda agregada maior do que a oferta agregada.
- (D) a poupança nacional financia plenamente os investimentos da economia.
- (E) as exportações líquidas representam a renda líquida enviada ao exterior.

27. Considerando a relação entre inflação e desemprego, tem-se que

- (A) a curva de Phillips apresenta o grau de sacrifício necessário, em termos de desemprego, para que se controle a inflação.
- (B) um hiato positivo do produto implica desemprego muito grande e, portanto, uma inflação menor.
- (C) a presença de expectativas adaptativas gera uma curva de Phillips horizontal.
- (D) os crescimentos de produtividade do trabalho aumentam a taxa de desemprego necessária para manter a inflação sob controle.
- (E) a razão de sacrifício da economia é medida pela diferença entre as taxas de inflação e de desemprego.

28. Considere o seguinte modelo macroeconômico de determinação da renda em uma economia aberta:

$$\begin{aligned} C &= 200 + 0,5Yd \\ I &= 100 + 0,4Y \\ G &= 400 \\ T &= 50 + 0,4Y \\ Tr &= 50 \\ X &= 200 + 0,4Y^* \\ M &= 100 + 0,1Y \\ Y^* &= 2000 \end{aligned}$$

Sendo C o consumo agregado das famílias, I o investimento agregado, G os gastos do governo, T a arrecadação de impostos, Tr as transferências do governo às famílias, X as exportações, Y^* a renda agregada conjunta dos parceiros comerciais do país, M as importações, Y o PIB e Yd a renda disponível,

- (A) as transferências dependem dos impostos sobre a renda agregada para serem integralmente financiadas.
- (B) o governo apresentará déficit nas contas públicas.
- (C) o país enfrentará elevados déficits comerciais nas contas externas.
- (D) a propensão marginal a consumir, líquida dos impostos, é maior do que a sensibilidade do investimento à atividade econômica.
- (E) o multiplicador dos gastos domésticos é maior do que o dobro do multiplicador das exportações.

29. O comportamento do balanço de pagamentos é sensível ao regime cambial adotado pelo país. Assim, em um regime de

- (A) taxa de câmbio flutuante, a política monetária é eficaz em determinar a taxa de câmbio real, muito embora não tenha controle sobre a taxa nominal de câmbio.
- (B) flutuação suja ou controlada, a taxa de câmbio nominal é mantida fixa de sorte a atrair capitais estrangeiros interessados em carry trade.
- (C) câmbio fixo, o crescimento sustentado da economia baseado em déficits em transações correntes torna o equilíbrio das contas externas diretamente dependente da liquidez no mercado financeiro internacional.
- (D) câmbio fixo, aumenta a eficácia da política monetária ao isolar a economia de variações nos preços internacionais dos bens importados.
- (E) câmbio fixo, é maior o espaço de decisão à política monetária doméstica, razão pela qual é preferível ao regime de flutuação.

30. Considerando os instrumentos e objetivos da política fiscal no Brasil,

- (A) déficits orçamentários podem ser financiados sem limite pela emissão monetária, sem repercussões mais profundas sobre a estabilidade de preços da economia.
- (B) os investimentos do governo em infraestrutura são considerados gastos correntes, dada a sua indiscutível importância para o bem-estar social.
- (C) cabe à política fiscal o controle indireto da taxa de câmbio via resultado fiscal.
- (D) o comportamento da dívida pública é afetado tanto pelo Tesouro Nacional, por meio dos leilões de títulos da dívida pública, quanto pelo Banco Central do Brasil, por meio do lançamento das operações compromissadas junto aos bancos comerciais.
- (E) a gestão da política fiscal tem suas diretrizes determinadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, a qual prevê regramentos como a regra de ouro, a regra de superávit primário e o teto de gastos.



31. A condição de equilíbrio da relação Dívida Pública/PIB é dada pela fórmula

$$h = d \cdot [(i - g) / (1 + g)] - s$$

onde:

- h = superávit primário do setor público como proporção do PIB
- d = relação dívida bruta do setor Público/PIB
- g = taxa de variação percentual do PIB nominal
- i = taxa nominal de juros
- s = razão senhoriação/PIB

A fórmula indica o superávit primário (como proporção do PIB) requerido para estabilizar a relação dívida/PIB, ou superávit primário de equilíbrio. Com base nesta fórmula,

- (A) uma elevação da relação dívida/PIB causada exclusivamente por pagamentos dos serviços de juros sobre o estoque da dívida reduz o superávit primário de equilíbrio.
- (B) na ausência de receitas de senhoriação, se a taxa de crescimento da economia exceder a taxa de juros nominal, o governo pode praticar déficits fiscais sistemáticos, sem ameaçar a estabilidade da dívida.
- (C) a emissão primária de moeda é uma alternativa prioritária para a estabilização da dívida, dada seu efeito sobre as receitas de senhoriação.
- (D) a venda de ativos do Estado, como reservas internacionais e empresas estatais, se permitida legalmente para fins de amortização da dívida pública, elevam o esforço fiscal necessário para estabilizar a razão dívida/PIB.
- (E) crescimento econômico causado por melhorias na produtividade geral da economia eleva, ceteris paribus, o superávit primário que estabiliza a dívida pública.

32. O sistema tributário brasileiro revela que

- (A) a incidência de impostos indiretos é necessariamente regressiva em termos da equidade da distribuição pessoal da renda disponível.
- (B) uma estrutura tributária com maior parcela de impostos diretos será obrigatoriamente mais progressiva do que uma em que predomine a arrecadação de impostos indiretos.
- (C) a carga tributária é definida como a parcela da renda das famílias destinada aos cofres do setor público.
- (D) a carga tributária é constituída por impostos, contribuições patronais e taxas.
- (E) a tributação dos lucros empresariais é progressiva do ponto de vista social, pois penaliza apenas as empresas, impedindo-as de repassar tais custos aos consumidores.

33. Segundo a teoria do crescimento econômico,

- (A) no modelo básico de Solow, a trajetória de crescimento de longo prazo é determinada pela igualdade entre a taxa de acumulação de capital e as taxas de crescimento populacional e de depreciação do estoque de capital.
- (B) no modelo de crescimento endógeno de Paul Romer, a não rivalidade do bem conhecimento associada à inovação tecnológica produz retornos crescentes à escala, de forma que um aumento no investimento eleva a taxa de crescimento do produto *per capita* de longo prazo.
- (C) o modelo básico de Solow presume a validade da lei de Say, de maneira que o investimento determina a poupança agregada, por meio da acumulação de capital.
- (D) no modelo básico de Solow com progresso tecnológico, a taxa de crescimento de longo prazo da renda *per capita* pode ser permanentemente elevada por um aumento da taxa de investimento.
- (E) no modelo básico de Solow, uma elevação na taxa de crescimento populacional implica uma elevação da taxa de crescimento *per capita* no estado estacionário.

34. De acordo com a teoria das finanças públicas,

- (A) na presença de um monopólio natural, é social e estritamente preferível que o Estado se responsabilize diretamente pela produção do bem ou serviço sujeito a retornos crescentes à escala, evitando-se a criação de monopólios privados com tendência a praticar preços abusivos.
- (B) a existência de bens públicos conforma uma falha de mercado que justifica a intervenção do Estado nos mercados, na medida em que a natureza rival (ou indivisível) deste tipo de bem acarreta uma suboferta do mesmo pelos mecanismos de mercado.
- (C) o teorema do orçamento equilibrado estabelece que um aumento nos gastos, financiado inteiramente por meio de maior arrecadação, gera efeitos negativos sobre a atividade econômica, servindo como base teórica para a defesa de déficits fiscais sistemáticos.
- (D) o financiamento de um déficit público nominal pode ser feito ilimitadamente por meio de emissão de títulos da dívida pública, mesmo que o governo perca controle sobre as contas públicas.
- (E) a ocorrência de desemprego e inflação constitui falha de mercado que justifica a intervenção estatal na economia por meio da função estabilizadora da política econômica, acarretando, como resultado do sucesso da mesma, a geração de externalidades positivas como estabilidade de preços e elevação do nível de renda.



35. Considerando a teoria da tributação, é correto afirmar que

- (A) o princípio tributário do benefício implica a cobrança do tributo em grau proporcional ao benefício que o indivíduo auferir do consumo do bem público e que é facilmente observado em modalidades como o imposto de renda ou o imposto predial e territorial urbano.
- (B) a teoria da tributação ótima consiste em analisar como uma dada receita tributária pode ser arrecadada pelo governo a um mínimo custo para a sociedade, respeitando-se as preferências reveladas de cada indivíduo acerca de quanto contribuir com o financiamento do Estado.
- (C) a escolha da melhor combinação entre eficiência e equidade de um sistema tributário é uma questão objetiva que independe da opinião do avaliador ou da sociedade.
- (D) o princípio do benefício está associado à função alocativa, enquanto o princípio da capacidade de pagamento se relaciona mais claramente à função distributiva do Estado.
- (E) os conceitos de neutralidade e de progressividade do sistema tributário cumprem o mesmo objetivo econômico e social.

36. O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), empreendido pelo governo Geisel,

- (A) estimulou a substituição de importações nos setores de bens de consumo duráveis, os quais representavam expressiva parcela da pauta de importações nesse período.
- (B) estimulou o crescimento do setor de bens de consumo não duráveis, complementando o processo iniciado pelo milagre econômico.
- (C) visava à reestruturação industrial como forma de superar os estrangulamentos de cadeias produtivas e à redução da dependência estrutural externa da economia. O endividamento externo por parte de empresas estatais foi importante para equilibrar o balanço de pagamentos durante a expansão dos investimentos.
- (D) foi responsável pela redução do endividamento externo no período que se seguiu ao aumento brusco do preço do petróleo, devido à ampla liquidez externa a custos de financiamento decrescentes.
- (E) viabilizou atingir a meta de autossuficiência na produção de petróleo, resultante dos investimentos da Petrobras e dos contratos de risco assinados com empresas de capital estrangeiro.

37. Considerando a teoria do crescimento econômico e a experiência recente do Brasil (2001-2015), é correto afirmar:

- (A) O modelo de Romer de crescimento endógeno ilustra bem a trajetória de crescimento brasileiro desde os anos 1980, a qual se baseou em amplos investimentos em pesquisa e desenvolvimento que sustentam nossas taxas de crescimento de longo prazo.
- (B) A hipótese de neutralidade da moeda é compatível com uma curva de Phillips vertical, em que expansões fiscais e monetárias, bem como depreciação cambial, são eficazes em elevar o nível de produto agregado.
- (C) Segundo o modelo básico de Solow, a baixa taxa de poupança brasileira explicaria o baixo crescimento econômico do país, dada a baixa taxa de crescimento populacional nos últimos 20 anos.
- (D) Uma das hipóteses para a redução da participação do setor industrial na economia brasileira nos últimos anos diz respeito à doença holandesa, em que vantagens comparativas em recursos naturais e *commodities* provocam uma tendência de longo prazo à apreciação cambial, prejudicando a competitividade industrial.
- (E) Uma das explicações para o baixo crescimento econômico brasileiro recente é a prática generalizada de *rent-seeking* no país, segundo a qual a ineficiência do setor privado deve ser compensada por políticas seletivas de subsídios a setores estratégicos para o crescimento econômico.

38. No que diz respeito à economia brasileira contemporânea,

- (A) na década de 1980, o déficit em conta corrente do Balanço de Pagamentos era em grande parte explicado pela evolução dos encargos da dívida externa, provocado pelos elevados juros vigentes no mercado externo, em função da política monetária de Paul Volcker para estabilizar a economia norte-americana.
- (B) a contenção da inflação no período do milagre econômico foi possível apenas devido à existência de capacidade ociosa na economia brasileira, permitindo a acomodação dos crescentes salários reais em uma economia em forte processo de acumulação de capital.
- (C) o Plano Cruzado fracassou em conter de forma duradoura a inflação, principalmente devido à forte desvalorização cambial efetuada, transmitida aos preços internos.
- (D) as reformas liberalizantes do governo Collor incluíam reduzir substancialmente as tarifas de importação e privatizar um amplo número de empresas estatais. Todavia, o governo não logrou extinguir a maioria das barreiras não tarifárias que impunham sérias restrições ao comércio externo, muito embora tenha implementado o maior programa de desestatização até os dias atuais.
- (E) na primeira parte da década de 1990, registrou-se a ocorrência de um efeito Tanzi às avessas, segundo o qual as altas taxas de inflação fomentariam o crescimento dos déficits fiscais operacionais do governo brasileiro.



39. Em relação à economia brasileira a partir dos anos 1990, é correto se afirmar:

- (A) O primeiro mandato do governo Lula abandonou o foco na estabilidade monetária por meio do regime de metas de inflação e, por meio de uma expansionista política fiscal, promoveu a elevação da taxa de crescimento econômico, a qual levou à melhoria dos indicadores sociais no Brasil.
- (B) A terceira fase de implantação do Plano Real consistiu na reforma monetária. Em julho de 1994, o cruzeiro real e a URV foram substituídos pelo nova moeda, o real. A taxa de câmbio nominal foi fixada em um real por um dólar, implementando-se uma das âncoras nominais da nova moeda, aspecto que gerou críticas ao Plano.
- (C) O diagnóstico do Plano Real identificava no descontrole dos gastos públicos a principal causa da inflação brasileira. Mesmo assim, o plano propiciou o aumento da intervenção do Estado, particularmente por meio da criação de agências reguladoras para manter a oferta de bens em alguns setores a preços de mercado eficientes.
- (D) Até a crise financeira global de 2008, a década dos anos 2000 observou a expansão das exportações brasileiras de maior conteúdo tecnológico, apoiadas pela melhoria dos termos de troca e pela depreciação da taxa de câmbio real no período.
- (E) Durante a primeira década do século XXI, a melhora significativa do preço das *commodities*, apreciação cambial, maior crescimento do PIB e forte predomínio da absorção doméstica geraram expressivos superávits em conta corrente do balanço de pagamentos.

40. A partir da estabilização da economia brasileira, em julho de 1994, houve no Brasil melhorias expressivas em diversos indicadores sociais e de equidade, avanços que se intensificaram ao longo da década de 2000. Nesse processo,

- (A) o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) evoluiu positivamente de 0,65 a 0,69, entre 2000 e 2010, indicando a quase eliminação da desigualdade regional, do déficit no acesso ao saneamento básico nas regiões mais pobres do país e da melhora decisiva da qualidade do ensino.
- (B) a distância entre os mais ricos e os mais pobres aumentou expressivamente ao longo da década. Entre 2001 e 2009, a renda *per capita* dos 10% mais ricos da população brasileira aumentou 7% ao ano, enquanto a renda dos mais pobres cresceu à taxa de 2%.
- (C) o Programa Bolsa Família (PBF), criado em 2004 e focado nas famílias de menor renda, foi uma inovação do Governo Lula que teve expressivo impacto na redução das desigualdades regionais do país. Um dos grandes problemas enfrentados em sua implementação foi o custo orçamentário relativamente alto, atingindo, em 2010, 5% do PIB.
- (D) observou-se, entre 2001 e 2009, a ascensão da Nova Classe Média (Classe C), a qual chegou a representar mais de 50% da população total. Este fenômeno decorreu do aumento da massa salarial e do maior acesso aos instrumentos de crédito, facilitado pelo Crédito Consignado e pela aprovação do Cadastro Positivo. A ampliação do crédito popularizou o acesso aos bens duráveis, uma das formas de aferição da redução da desigualdade.
- (E) a queda de 0,57 para 0,52 observada no Índice de Gini das pessoas ocupadas entre 2001 e 2009 se deveu mormente à política de valorização real do salário mínimo, ao aumento do emprego formal com carteira assinada, ao incremento da taxa de escolaridade e, por fim, à queda do trabalho infantil.

Matemática Financeira

41. Considere que, em uma determinada data, Júlia decidiu aplicar um capital, durante 6 meses, à taxa de juros simples de 18% ao ano. Dois meses após a data desta aplicação, ela decidiu aplicar outro capital de valor igual ao dobro do primeiro, durante 4 meses, à taxa de juros compostos de 2% ao bimestre. Dado que o valor do montante referente à aplicação de juros simples foi igual a R\$ 27.250,00, a soma dos valores dos juros das duas aplicações realizadas por Júlia foi igual a

- (A) R\$ 3.600,00.
- (B) R\$ 4.270,00.
- (C) R\$ 4.080,00.
- (D) R\$ 3.200,00.
- (E) R\$ 3.430,00.

42. Dois títulos de mesmo valor nominal são descontados em uma instituição financeira segundo o critério do desconto composto real a uma taxa de juros compostos de 10% ao ano. Um dos títulos foi descontado 1 ano antes de seu vencimento e o outro 2 anos antes de seu vencimento. Sabendo-se que a soma dos dois valores atuais foi igual a R\$ 42.000,00, tem-se que a soma dos valores nominais dos dois títulos é igual a

- (A) R\$ 50.820,00.
- (B) R\$ 46.200,00.
- (C) R\$ 47.300,00.
- (D) R\$ 47.850,00.
- (E) R\$ 48.400,00.



Métodos Quantitativos

43. Em determinado setor de um órgão público foi realizado um levantamento com relação aos cargos de nível superior. A tabela abaixo apresenta a distribuição dos respectivos funcionários segundo o cargo e sexo.

Cargo	Homens	Mulheres	Total
Economista	30	20	50
Administrador	40	40	80
Contador	70	50	120
Total	140	110	250

Um funcionário é escolhido aleatoriamente neste setor para realizar uma tarefa. Seja E o evento indicando que o funcionário escolhido é economista e seja H o evento indicando que o funcionário escolhido é homem. Considerando, então, os eventos E e H, a probabilidade de que pelo menos um destes dois eventos ocorra é igual a

- (A) 64%.
- (B) 76%.
- (C) 56%.
- (D) 80%.
- (E) 48%.

44. Em uma empresa de determinado ramo de atividade, utilizando o método de regressão linear, obteve-se a equação de tendência (T) da série temporal abaixo.

Os dados apresentam 10 observações da série temporal Y, que representa o faturamento de uma empresa, em milhões de reais. Supõe-se que essa série é composta apenas de uma tendência T e um ruído branco de média zero e variância constante.

t	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
y _t	6	5	6	8	8	7	8	10	10	11

Observação: t representa o ano e y_t o faturamento da empresa no ano t, em milhões de reais.

Dados:

$$\sum_{t=1}^{10} t = 55, \quad \sum_{t=1}^{10} t^2 = 385, \quad \sum_{t=1}^{10} y_t = 79 \quad \text{e} \quad \sum_{t=1}^{10} ty_t = 484$$

A tendência apresenta a forma T = a + bt, em que a e b foram obtidos usando o método dos mínimos quadrados. Considerando a equação obtida, tem-se que o acréscimo no faturamento do ano t, com t > 1, para o ano (t + 1) é, em milhões de reais, de

- (A) 1,2.
- (B) 1,5.
- (C) 0,6.
- (D) 2,4.
- (E) 1,8.

45. De uma amostra aleatória de tamanho 64 extraída, com reposição, de uma população normalmente distribuída e variância conhecida σ^2 , obteve-se um intervalo de confiança de 95% igual a [23, 27] para a média μ desta população. Desejando-se obter um intervalo de confiança de 95% para μ , porém com amplitude igual à metade da obtida anteriormente, é necessário extrair da população uma amostra aleatória, com reposição, de tamanho

- (A) 400.
- (B) 1.024.
- (C) 512.
- (D) 256.
- (E) 128.

**Noções de Direito Administrativo e de Administração Pública**

46. Acerca das fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, a Constituição Federal de 1988 dispõe:
- (A) Aplica-se a imunidade tributária, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
 - (B) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e fundação, e autorizada a instituição de empresa pública e de sociedade de economia mista, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
 - (C) A proibição de acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas aplica-se apenas às fundações de direito público e não às de direito privado.
 - (D) O afastamento eleitoral previsto no art. 38 da Constituição Federal de 1988 não se aplica aos servidores públicos da administração fundacional, apenas aos que atuam na administração direta e autárquica.
 - (E) Compete ao Tribunal de Contas julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, excluídas as fundações, que possuem conselho fiscal para esse fim.
47. O regime jurídico dos contratos administrativos, disciplinado na Lei nº 8.666/1993, prevê uma série de prerrogativas que favorecem a consecução do interesse público. Porém, a disciplina legal em tela NÃO confere à Administração a prerrogativa de:
- (A) rescindir os contratos, unilateralmente, nos casos especificados na lei.
 - (B) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste, independentemente de prévia defesa.
 - (C) modificar o contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado.
 - (D) ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, nos casos de serviços essenciais, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo.
 - (E) fiscalizar a execução contratual.
48. João Craveiro era servidor público do Estado do Amapá e, por força de doença incapacitante, foi aposentado por invalidez. Porém, um novo tratamento, baseado em células-tronco, possibilitou que ele recuperasse plenamente sua aptidão laboral. Assim, o referido servidor inativo pleiteou seu retorno ao cargo público de origem. À vista do relato e do que dispõe a Lei nº 66, de 03/05/1993, Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Amapá,
- (A) não será possível o retorno do servidor ao cargo, pois a aposentadoria é irretratável e irrevogável.
 - (B) será possível a reintegração do servidor no cargo, mas apenas por decisão judicial.
 - (C) não será possível o retorno do servidor ao cargo, pois a vacância gera a extinção imediata do cargo.
 - (D) será possível a reversão do servidor ao cargo, desde que inspeção em Junta Médica Oficial declare insubstinentes os motivos da aposentadoria e ateste a capacidade para o exercício do cargo.
 - (E) será possível a readaptação do servidor, que deve se dar em cargo de natureza inferior e menos exigente do ponto de vista físico e mental.
49. A Lei de Improbidade Administrativa, Lei nº 8.429, de 02/06/1992, estabelece um regime de responsabilidade aplicável aos agentes públicos que cometerem atos considerados ímparobos, ali qualificados em várias espécies. Torquato Mendes é Secretário Municipal de Educação e ordenador de despesa, tendo determinado a contratação de obra pública para a construção de creche, sem que houvesse previsão na respectiva legislação orçamentária. Nessa hipótese, conclui-se que
- (A) não ocorreu ato de improbidade, pois se trata de obra voltada ao atendimento de interesse público relevante.
 - (B) ocorreu ato de improbidade administrativa, que atenta contra os princípios da Administração pública.
 - (C) ocorreu ato de improbidade administrativa, que importa enriquecimento ilícito.
 - (D) não há como responsabilizar o Secretário Municipal, visto que tal regime de responsabilidade não se aplica aos agentes políticos.
 - (E) ocorreu ato de improbidade administrativa, que causa prejuízo ao erário.
50. Acerca do Tribunal de Contas do Estado, a Constituição do Estado do Amapá estatui que
- (A) o Tribunal de Contas do Estado, integrado por sete Conselheiros, tem jurisdição em todo o território estadual, exceto na Capital, onde atua o Tribunal de Contas do Município.
 - (B) quatro dos membros do Tribunal de Contas são escolhidos pela Assembleia Legislativa, sendo que dois alternadamente entre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento.
 - (C) as decisões do Tribunal de Contas de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.
 - (D) os auditores do Tribunal de Contas são nomeados em confiança pelos Conselheiros, devendo a escolha recair em pessoas com ilibada reputação e idoneidade moral e dotadas de título de curso superior em direito, ciências contábeis, econômicas ou administrativas.
 - (E) é requisito para ser Conselheiro do Tribunal de Contas ter notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de Administração pública, ou, ao menos, ter mais de dez anos de exercício em função pública.